

**PDUI - RMSP**  
**Reunião da Comissão Técnica**

**Data: 13-03-2018**

**Local: Rua Boa Vista, 170 – 15. Andar**

**Pauta**

1. Aprovação do Relatório de Contribuições
2. Ajustes do Macrozoneamento
3. Próximos Passos

Ver lista de presença

**Discussões:**

Luiz José Pedretti, presidente da Emplasa, inicia a reunião comunicando que será feita uma apresentação do Relatório de Contribuições, apresentadas após as audiências públicas realizadas, conforme solicitação deste fórum, objetivando sua aprovação.

**Item 1:**

Cristina Cerciarì, assessora técnica da Emplasa, fez a apresentação, relembrando os números relativos às audiências públicas na RMSP, conforme quadro abaixo:

41 audiências, sendo uma em cada município (38) e 3 em São Paulo. 2.616 pessoas no total 845 contribuições ou propostas entregues diretamente nas audiências e 21 por meio da plataforma do PDUI.
---

As contribuições deviam obrigatoriamente estar incluídas em qualquer um dos temas contidos no Caderno de Propostas do PDUI.

A proporção entre as propostas recebidas e respectivos temas foi de:

Transporte e Logística:	15%
Meio Ambiente:	24,7%
Habitação e Vulnerabilidade:	6,2%
Desenvolvimento econômico:	19,5%
Ordenamento Territorial:	28,3%
Governança e Fundos:	3,9%
Outros*:	2,4%
(*Outros: Princípios e Objetivos; Diretrizes e Temas relevantes)	

Houve sugestão de inclusão de novos temas em futuras revisões do PDUI, tais como: saúde pública, assistência social, energia, segurança, etc.

Quanto aos critérios adotados para análise das propostas, esclareceu-se que foi observado o seguinte:

1. Estar no escopo do PDUI;
2. Verificação do capítulo do Caderno Preliminar de Propostas em que esteja inserida;
3. Apresentação de transversalidade com outro tema ou capítulo;
4. Eventual necessidade de análise conjunta;
5. Eventual necessidade de desmembramento
6. Certificar-se de que o tem a já se encontra contemplado
7. Necessidade de informações complementares
8. Possibilidade de inclusão integral ou parcial a uma PE (proposta estruturada);
9. Necessidade de se fazer nova PE;
10. Justificativa do encaminhamento.

Para maior clareza dessas análises, foi apresentado um exemplo com o enunciado da proposta, sua análise e encaminhamento sobre o tema "Desenvolvimento Econômico, Social e Territorial". Cristina Cerciari abordou ainda algumas situações específicas, para as quais não existem, no momento, parâmetros de enquadramento, mas que foram indicadas para encaminhamento às respectivas Câmaras Temáticas do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo - CDRMSP. Todas as propostas e respectivas análises foram levadas antecipadamente à apreciação dos membros da Comissão Técnica do PDUI/RMSP.

Apesar de o Relatório de Contribuições ser submetido, neste momento, à apreciação da Comissão Técnica, Cristina esclareceu que ainda existem 3 Grupos de Trabalho - GTs ativos. São eles: Gestão de Riscos, Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas, Rede de Centralidades e Enfretamento à Precariedade. Portanto, ainda há contribuições que devem sair desses GTs e serão incorporadas ao Caderno Final de Propostas.

Quanto ao SIM - Sistema de Informações Metropolitanas, há pedidos de inclusão de *layers* que foram encaminhados ao setor de geomática da Emplasa para análise. Cristina observou que a inclusão destas novas informações no SIM está condicionada a que os municípios forneçam os dados e, para tanto, a equipe da Geomática da Emplasa se coloca à disposição.

Finalmente, Cristina sugere que o trabalho desenvolvido até o momento seja aprovado para inclusão no Caderno de Propostas.

*Perguntas e Considerações feitas pelos presentes:*

- No slide que mostra a proposta C-001, onde há a questão do rio Juquiá, por exemplo, está contemplado o monitoramento?

R: Sim, pois a proposta foi incorporada por uma Proposta Estruturada (no caso, PE-008)

- Zoraide Miranda, da Prefeitura do Município de São Paulo, pergunta sobre a etapa de aprovação do relatório, pois ainda é necessário que se passem alguns itens pelas Câmaras Temáticas.

R: A Câmara Temática tem a palavra final em relação às aprovações de caráter técnico. Este fato não impede que o Relatório de Encaminhamento, tal como foi apresentado, seja aprovado.

- Márcia Nascimento, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) diz que tem dúvidas em relação ao que se vai aprovar. Se ainda há contribuições a serem incorporadas, como aprovar agora, uma vez que o documento ainda não está totalmente finalizado? Há 178 propostas contempladas. Seria o caso de aprovar apenas essa parte ou o relatório geral?

R: Cristina esclarece que a aprovação do relatório é geral e preliminar, sendo certo que as propostas pendentes ainda serão aprovadas, o que acarretará ajustes. Exemplifica com o caso do Macrozoneamento no município de Santa Isabel e dos Grupos de Trabalho ligados às estratégias do PDUI, que ainda irão apresentar seus relatórios e propostas. Em rigor, o que se pretende é a aprovação deste relatório preliminar e a metodologia adotada.

- Maria Cláudia, representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, salienta que falta entendimento sobre o *timing* das coisas, como colocar na Câmara Temática assuntos mais específicos e qual o tempo para se discutir. O que fica no conteúdo do PDUI? Seria o caso de discutir o Caderno de Propostas para ver o que vai para o PDUI?

R: Cristina respondeu que foi solicitada a análise de todas as propostas. Entretanto, há algumas situações que fogem da capacidade de análise da Emplasa e cabe a outras instâncias fazê-la. Alguns assuntos ou aspectos seriam muito demorados para serem discutidos neste fórum. O Projeto de Lei a ser elaborado não vai conter determinadas questões, pois o PDUI é um plano orientador. Daí a necessidade de inclusão de determinados assuntos nas Câmaras Temáticas.

Ana Lucia Carvalho, da Emplasa, diz que há um problema de procedimento. A Câmara Temática não é superior ao Conselho que é quem aprova as questões relativas ao PDUI.

Cristina diz que as análises (resultados) vão passar pelo Comitê Executivo, mas as análises técnicas são das Câmaras Temáticas. O projeto de lei será bastante enxuto.

- Hélia, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da PMSP, diz que a questão é exatamente o tempo. Em que momento deverão ser incorporados os resultados dos GTs ainda em andamento?

R: Cristina diz que a aprovação é apenas daquilo que está sendo apresentado neste momento. Posteriormente, serão enviadas e discutidas para aprovação as demais propostas ora em análise. Acrescentou que não é conveniente paralisar o processo até que todos os grupos finalizem todas as questões.

Claudia Helena Leite, coordenadora do PDUI da RMSP, da Emplasa, esclarece que a metodologia utilizada pela Emplasa teve como premissa básica aceitar todas as propostas e, caso houvesse rigor absoluto, o número de propostas "fora de escopo" seria muito maior. Acrescenta que é necessário que se estabeleçam etapas até a aprovação do Projeto de Lei, pois há questões que serão remetidas à gestão do Plano. Assim, não é preciso existir preocupação de se validar algo com o qual, eventualmente, não se concorda. Não é isso que está sendo proposto, pois detalhes de programas e projetos serão discutidos em outro momento e em outra instância. O PDUI trata apenas de uma política mais geral e orientadora.

Cristina lembrou que o projeto de lei será encaminhado e discutido na Assembleia Legislativa, ou seja, há tempo suficiente para conhecimento e aprovação.

- Daniel, de Franco da Rocha, fala que a preocupação é a mesma, sobre o tempo e não concorda com o mapa sobre o macrozoneamento e centralidades.

R: Cristina diz que as discussões sobre macrozoneamento e centralidades, por exemplo, devem continuar.

- Ricardo Araujo, da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, diz que a aprovação precisa ser feita. O trabalho é meritório e a seleção que se tem é esta apresentada. Então não vê necessidade de aprovação formal. Gostaria de seguir com a reunião. Confia-se no trabalho da Emplasa e assim, deve-se prosseguir.
- José Eduardo Victorino, representante da Associação de Técnicos, Tecnólogos, Engenheiros, Geólogos, Arquitetos e Agrônomos de Mairiporã (ATEGAN), diz que "a própria Comissão Técnica, reunida nesta data, solicitou que as contribuições e suas análises fossem apresentadas para aprovação da instância, portanto, há necessidade, sim, de aprovação. Estamos aprovando este trabalho e depois seguimos. O mais importante é o item 3 da pauta que trata dos próximos passos. Esta Comissão Técnica é consultiva e o Comitê Executivo é deliberativo. Não tenho dúvidas de que as questões discutidas nas Câmaras Temáticas devem, sim, passar depois pela Comissão Técnica e pelo Comitê Executivo. O trabalho apresentado hoje, está consistente e de acordo com o que pedimos. Devemos deixar claro que é necessário aprovar e passar para a frente."
- Margareth, do Instituto Polis, diz que há uma concordância em várias falas e sim, lembra-se de que foi combinada a discussão das contribuições e das análises. Sugeriu ainda que o calendário até junho pode ser apresentado e depois as aprovações ficam para o Caderno Final.
- Adolfo Homma, representante da Cooperativa Central do ABC (COOPCENT ABC), comentou que a Comissão pediu a apresentação de relatórios. assim, é necessário aprová-lo, mas não por etapas. Se há questões consideradas "fora de

escopo", é necessário que sejam discutidas por todos, analisadas com mais detalhes. Propôs que não se aprove hoje, pois ainda trata-se de uma colcha de retalhos e sua aprovação não é tão fundamental. Sugere que a Emplasa deve agregar as outras análises e trazer um texto mais acabado.

- Carlos Abrão, do Consórcio de Municípios Cioeste, fez uma recapitulação rápida do que foi aprovado no Guia Metodológico. Acrescentou que o que estiver no escopo do PDUI, ou não, é de competência da Emplasa, na qualidade de Secretaria Executiva, a partir dos resultados dos trabalhos feitos nos Grupos Técnicos, criados pelo Comitê Executivo. A Governança se dá via Comissão Técnica e Comitê Executivo, ambos criados por deliberação do Conselho de Desenvolvimento. É necessário esclarecer que o relatório apresentado é parcial e, portanto, ainda não se trata de aprovação do documento final, o que vai ocorrer antes de o Projeto de Lei ser debatido pelas instâncias do PDUI e encaminhado à Assembleia Legislativa. Propõe a aprovação de um relatório parcial, que está seguindo para a redação do projeto de lei. Acrescentou também que a governança prevista no Guia Metodológico enseja essas aprovações parciais, em vários momentos.

R: Cristina, então, sugere que a aprovação seja parcial, com a ressalva de que poderá haver novas contribuições a serem incluídas.

A votação ficou da seguinte maneira:

Representantes	Número de Presentes	Número Total de Representantes	Aprovou	%	Rejeitou	%	Abstenção	%
Estado	5	5	4	80%	0	0	1	20%
Municípios	14	20	12	60%	0	0	2	10%
Sociedade Civil	10	18	9	50%	1	6%	1	6%
	<b>29</b>	<b>43</b>	<b>25</b>	<b>63%</b>	<b>1</b>	<b>2%</b>	<b>4</b>	<b>12%</b>

O Relatório de Contribuições foi aprovado de forma parcial por 63% dos votos, conforme tabela acima, lembrando que a Comissão Técnica tem composição paritária, ou seja, 1/3 para o estado, 1/3 para os municípios e 1/3 para a sociedade civil.

Foi levantada questão de ordem:

Que o Projeto de lei a ser enviado à Assembleia Legislativa seja aprovado pela Comissão Técnica. Cláudia Leite esclareceu que o Caderno de Sustentação ainda não começou a ser redigido.

Encaminhamentos:

1. **Macrozoneamento:** houve propostas de criação de nova macrozona intermediária, entre diversificação de interesse ambiental e consolidação da urbanização. Cláudia mostrou as 4 macrozonas anteriores e esclareceu sobre a quinta aprovada. O mapa está sendo desenhado e a planilha está em consolidação. Informou ainda que ontem, dia 12 de março de 2018, houve a última reunião com os técnicos do município de Santa Isabel.

2. **Linha do tempo.**

2.1 - Elaboração do Caderno Final de Propostas;

Foi apresentado informe sobre a MP 818/2018, que altera artigos do Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015), especialmente quanto à ampliação do prazo para conclusão do PDUI e audiências públicas regionais, entre outras providências. Ficou claro que, até abril p.f., a MP poderá sofrer emendas no Congresso.

A Sra. Brígida, representante da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Casa Civil, lembrou que o PDUI da RMSP está caminhando para sua conclusão e que se deve aproveitar o trabalho feito até o momento.

Muitos dos presentes perguntaram sobre o cronograma dos trabalhos. Cristina esclareceu que os grupos técnicos estão finalizando os respectivos trabalhos, mas ainda não existe cronograma pronto. A Emplasa comprometeu-se a fazer um cronograma para ser apresentado e aprovado em reunião posterior.